



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



## PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 220/2021

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2021**

### **APRECIACÃO DE IMPUGNAÇÕES**

As sociedades empresárias **MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTUS EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.088.733/0001-49, **3S COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 39.596.414/0001-60, **EXATA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 17.591.262/0001-70, apresentaram, tempestivamente, nos autos do Pregão em epígrafe, impugnações ao instrumento convocatório, nos termos a seguir descritos:

#### **I – DAS RAZÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, aduzem as impugnantes que o Edital convocatório não exige a Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), expedida pela ANVISA.

Essas são as razões invocadas pelas impugnantes.

#### **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Após análise das impugnações acostadas aos autos processuais, passamos a expor:

É desnecessário que o Edital Convocatório displine como exigência para habilitação toda a matéria já regulada por Lei específica. Nesse sentido, é o RMS 27.922/BA, j. 04.08.2009, 1.T., rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 17 .08.2009, abaixo ementado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, INCLUSIVE DE VIGILÂNCIA. EMPRESA SEM AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DESSA EXIGÊNCIA NO EDITAL. IRRELEVÂNCIA. REQUISITO LEGAL PARA O



## PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DE VIGILÂNCIA. LEI Nº 7.102/83 E DECRETO 89.056/83. PRESSUPOSTO INDISPENSÁVEL PARA A HABILITAÇÃO NO CERTAME.

1. Cuidando o objeto da licitação de serviços de administração penitenciária, envolvendo atividades de vigilância, não há como afastar a exigência legal de que o licitante possua autorização da Polícia Federal.
2. Ante a ausência da referida autorização nos documentos entregues pela impetrante à comissão de licitação por não constar do edital, pode e deve a Administração oficial a Superintendência da Polícia Federal para verificar a regularidade da empresa, nos termos da legislação de regência.
3. Recurso ordinário a que se nega provimento.

Nesse julgado, o saudoso Ministro Teori Albino Zavascki entendeu que tais exigências podem ser verificadas por meio de diligência, senão veja-se excerto do voto:

Nesse passo, nada impede que a Administração, valendo-se da faculdade que lhe foi conferida pela Lei Estadual de Licitações (Lei nº 9.433/05), **diligencie no sentido de aferir a observância, pelas empresas licitantes, da disciplina legal sobre a matéria (...).**

**Foi exatamente o que aconteceu na hipótese sob exame. Lançando mão da faculdade que lhe foi conferida,** a Comissão Técnica Especial, consoante noticiado às fls. 112 e 392, com vistas a apurar se a impetrante gozava da aludida autorização para o desempenho de atividades de vigilância, diligenciou junto à Superintendência da Polícia Federal que, através da Chefe da Delegacia de Controle de Segurança, informou não estar a empresa Aroma e Sabor autorizada a executar serviços de segurança privada.

**[negritos acrescidos]**

De mais a mais, o edital convocatório expressamente determina que o licitante deve atender as legislações específicas, senão veja-se:

**6.2.3** - O licitante se compromete a cumprir toda a legislação de regência específica, seja proveniente das Agências Reguladoras e/ou de órgãos/entidades públicas, bem como, as atinentes ao Código de Defesa do Consumidor no tocante ao presente objeto contratual.

Vê-se que pela regra editalícia ora colacionada, que constitui obrigação da vencedora o fornecimento do objeto em consonância com as determinações legais, inclusive, as atinentes a legislação pertinentes à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA – *o que será aferido no momento pré e pós fornecimento.*



**PODER EXECUTIVO**

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



Assim, *ad argumentandum*, apenas para contextualizar, não precisa que a Administração nas suas compras informe aos licitantes (*por meio de regra editalícias*) que as licitantes deve estar em consonância com a legislação.

Ora, é intrínseco nas práticas usuais de mercado, o respeito as normas impostas pelas Agências Reguladoras, não por uma cortesia, mas sim por imposição do ordenamento jurídico, sendo desnecessário, desta feita, que nas avenças se relacione, individualmente, quais normas estão regendo a contratação.

Ademais, a Lei nº 8.078, de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) define em seu artigo 39, parágrafo VIII, que é vedado "*colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)*".

No mesmo sentido é a Lei 9.933/99, que em seus art. 1º, disciplina que "*todos os bens comercializados no Brasil, insumos, produtos finais e serviços, sujeitos a regulamentação técnica, devem estar em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor*".

Desta feita, o fato da matéria já ser disciplinada pela legislação, entendemos que não assiste razão aos impugnantes.

#### **IV – DA DECISÃO**

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** as impugnações ora apresentadas, mantendo incólume as regras estabelecidas no Edital Convocatório.

Caratinga/MG, 14 de dezembro de 2021

  
Bruno César Veríssimo Gomes  
Pregoeiro